Russell Bedford
taking you further

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – MSGÁS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

Russell Bedford
taking you further

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Conselheiros da
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Concessão de Distribuição de Gás

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia tem concessão exclusiva para distribuição de gás natural em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos a partir de 29 de agosto de 1998, podendo ser prorrogado por até igual período. Sendo que no final da concessão todos os bens da concessionária serão revertidos ao Estado de Mato Grosso do Sul (concedente) e a concessionária será indenizada pelo valor dos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão, atualizados monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. Em caso de extinção da concessão, por expiração do prazo, encampação, caducidade, rescisão, anulação ou extinção da Companhia, a concessionária será indenizada à vista e em dinheiro, pelos serviços, obras, imóveis, benfeitorias, equipamentos, redes de canalização, medidores, e todos os demais bens de seu ativo, atualizados monetariamente, capitalizados até o dia do efetivo pagamento pela variação do Índice Geral de Preços (IGP). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 5 de fevereiro de 2021, com modificação de opinião sobre as demonstrações contábeis quanto a ausência de revisão de vida útil do ativo intangível considerando prazo e renovação da concessão. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **Companhia** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2022.02.09 16:31:49 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

CNPJ 02.741.679/0001-03
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO EM 2021 E 2020
(Em reais mil)

ATIVO	NE	31/12/21	31/12/20
CIRCULANTE		**124.658**	**80.562**
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.142	28.571
Contas a receber de clientes	5 e 7	71.109	47.257
Estoques		1.520	1.256
Impostos a recuperar	6	29.469	1.500
Partes relacionadas	7 e 8	-	1.277
Outros créditos		418	701
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**132.818**	**124.495**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		**23.306**	**15.948**
Impostos a recuperar	6	202	177
Impostos diferidos	9	12.698	10.879
Ativo Financeiro - Concessão	3	10.003	3.823
Outros Créditos		403	1.069
INTANGIVEL - CONCESSÃO		**109.512**	**108.547**
Intangível	10	326.698	304.511
(-) Ativo Financeiro - Concessão		(8.790)	(3.291)
(-) Amortização		(179.307)	(163.584)
(-) Impairmant - Empreendimentos		(29.089)	(29.089)
Total do ativo		**257.476**	**205.057**

PASSIVO	NE	31/12/21	31/12/20
CIRCULANTE		**93.100**	**70.427**
Fornecedores	7 e 11	49.476	27.459
Empréstimos e Financiamentos	12	4.745	4.746
Obrigações fiscais		8.514	2.851
Obrigações sociais	13	6.096	5.541
Adiantamentos de clientes	14	15.782	8.285
Dividendos a pagar	16	7.679	20.474
Outras contas a pagar		808	1.071
NÃO CIRCULANTE		**28.746**	**39.528**
Empréstimos e Financiamentos	12	14.648	19.409
Partes relacionadas	7	11.176	14.840
Adiantamentos de clientes	14	2.394	3.549
Provisões legais e judiciais		453	492
Impostos diferidos	9	21	175
Outras contas a pagar		54	1.063
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	**135.630**	**95.102**
Capital Social	18a	48.080	12.775
Reserva Legal		9.392	2.555
Reserva - Retenção de Lucros	18b	41.299	16.463
Dividendos Adicionais Propostos	18b	36.859	63.309
Lucro Acumulado			-
Total do passivo e patrimônio líquido		**257.476**	**205.057**

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Campo Grande/MS, 31 de dezembro de 2021

RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821
Assinado de forma digital por RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821
Dados: 2022.01.31 09:57:43 -04'00'

VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120
Assinado de forma digital por VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120
Dados: 2022.01.31 08:54:42 -04'00'

CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 2021 E 2020

(Em reais mil)

	NE	31/12/21	31/12/20
Receita			
Receita Bruta de Vendas		569.686	427.674
Receita Bruta de Serviços		19.262	7.351
		588.948	**435.025**
Deduções da receita bruta		(145.099)	(112.123)
Receita operacional líquida	19	**443.849**	**322.902**
Custos			
Custo - Produto Vendido	20	(349.295)	(242.565)
Custo - Operação e Manutenção		(10.703)	(9.615)
Amortização de ativos intangíveis da atividade fim		(13.372)	(13.329)
		(373.370)	**(265.509)**
Lucro bruto		**70.479**	**57.393**
Receita de construção de infraestrutura		15.790	1.108
Custos de construção de infraenstrutura		(15.790)	(1.108)
Lucro bruto após construção da infraestrutura (ICPC 01)		**70.479**	**57.393**
Despesas comerciais		(2.813)	(1.741)
Despesas Administrativas e gerais	21		
Remuneração a Dirigentes, CA e CF		(1.678)	(1.584)
Salários, Gratificações e Remuneração a Funcionários		(12.607)	(11.611)
Prestação de Serviços PJ		(3.005)	(2.775)
Doações e Patrocinios de carater cultural		-	(5)
Alimentação ao Trabalhador		(713)	(717)
PIS		(265)	(2.147)
COFINS		(1.304)	(9.933)
Demais Impostos, Taxas e Contrib. Exceto IR e CS		(2.142)	(1.456)
Alugueis		(48)	(59)
Desp.c/ Veículos e de Conserv.de Bens e Instalações		(185)	(165)
Propaganda e Publicidade		(562)	(375)
Amortização sobre outros ativos intangíveis		(1.843)	(1.449)
PCLD Perdas para créditos de liquidação duvidosa		(23)	(10)
Perdas em Operações de Crédito		(102)	(141)
Assistência Médica, Odont.e Farmácia a Empregados		(841)	(792)
Pesquisa & Desenvolvimento Técnico		(7)	(12)
Outras Despesas Operacionais		(12.585)	(22.472)
		(37.910)	**(55.703)**
Outras receitas operacionais	22	37.769	132.291
Resultado antes do resultado financeiro	23	**67.525**	**132.240**
Receitas Financeiras		8.133	4.232
Despesas financeiras		(6.580)	(3.579)
Total do resultado financeiro líquido		**1.553**	**653**
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro		**69.078**	**132.893**
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido	3.13	(6.030)	(13.019)
Provisão para Imposto de renda pessoa jurídica	3.13	(16.766)	(36.176)
Provisão para CS Diferida	9	570	394
Provisão para IR Diferido	9	2.398	1.573
Lucro líquido do exercício antes das participações		**49.250**	**85.665**
Participação no Resultado - empregados		(1.943)	(1.735)
Participação no Lucro - administradores		(157)	(147)
Lucro líquido do exercício		**47.150**	**83.783**
Reversão dos juros sobre capital próprio JSCP		5.108	697
Lucro líquido do exercício após a reversão JSCP		**52.258**	**84.480**
Número de ações do capital social em mil		**48.080**	**12.775**
Lucro líquido por ação do capital em reais R$ mil		**1,09**	**6,61**

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Campo Grande/MS, 31 de dezembro de 2021

RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821

Assinado de forma digital por RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821
Dados: 2022.02.08 16:08:20 -04'00'

VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120

Assinado de forma digital por VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120
Dados: 2022.02.08 14:54:11 -04'00'

CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO

DO EXERCÍCIO EM 2021 E 2020

(Em reais mil)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Resultado a disposição dos acionistas	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**12.775**	**2.555**	**-**	**30.692**	**-**	**46.022**
Reserva Legal						
Resultado a disposição dos acionistas 2019			16.463	(16.463)		-
Resultado a disposição dos acionistas 2020				63.309	(63.309)	-
Dividendos Disbribuidos 2019 e 2020				(14.229)	(20.474)	(34.703)
JSCP Juros sobre Capital Próprio					(698)	(698)
Lucro Líquido do Exercício após Reversão dos JSCP					84.481	84.481
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**12.775**	**2.555**	**16.463**	**63.309**	**-**	**95.102**

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**12.775**	**2.555**	**16.463**	**63.309**	**-**	**95.102**
Reserva Legal		6.837			(6.837)	-
Integralização do Capital Social	35.305		(16.463)		(18.842)	-
Resultado a disposição dos acionistas 2020			41.299		(41.299)	-
Estorno Lancto 31/12/2020				(63.309)	64.365	1.056
Dividendos Disbribuidos				36.859	(44.537)	(7.678)
JSCP Juros sobre Capital Próprio					(5.108)	(5.108)
Lucro Líquido do Exercício após Reversão dos JSCP					52.258	52.258
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**48.080**	**9.392**	**41.299**	**36.859**	**-**	**135.630**

Campo Grande/MS, 31 de dezembro de 2021

RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821

Assinado de forma digital por RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821
Dados: 2022.02.08 11:22:04 -04'00'

VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120

Assinado de forma digital por VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120
Dados: 2022.02.08 11:14:12 -04'00'

CNPJ 02.741.679/0001-03
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO
DO EXERCÍCIO EM 2021 E 2020
(Em reais mil)

	31/12/21	31/12/20
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes da provisão para IRPJ e CSLL	**69.078**	**132.892**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Amortização	16.508	14.778
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	2.968	1.968
Participação nos lucros de empregados e administradores	(2.100)	(1.882)
Reversão dos juros sobre capital próprio	5.108	697
Variações dos ativos e passivos operacionais	**91.562**	**148.453**
(Aumento) Redução em contas a receber	(23.853)	1.255
(Aumento) Redução em estoques	(265)	47
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(29.813)	10.872
(Aumento) Redução em outros créditos	268	861
(Aumento) Redução em partes relacionadas	1.250	27.490
(Aumento) Redução em Ativo financeiro - concessão	(6.180)	(3.113)
Aumento (Redução) em fornecedores	22.017	(18.645)
Aumento (Redução) em obrigações fiscais e sociais	5.444	8.489
Aumento (Redução) em adiantamento de clientes	7.497	(6.692)
Aumento (Redução) em outros passivos circulantes	21	375
Aumento (Redução) em partes relacionadas	(4.820)	(105.449)
Total das variações de ativos e passivos	**(28.434)**	**(84.510)**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(22.796)	(49.195)
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(375)	(51)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**39.957**	**14.697**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições em ativo fixo	(17.016)	(13.411)
Baixa do ativo intangivel	327	
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	**(16.689,00)**	**(13.411)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Apropriação de financiamento (principal)		
Amortização de financiamentos (principal)	(4.751)	(2.193)
Arrendamento - Aluguel	(847)	(728)
Encargos Financeiros S/Arrendamento	51	-
Juros sobre capital próprio	(4.732)	(646)
Dividendos	(19.418)	(34.703)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos	**(29.697)**	**(38.270)**
(Diminuição)/Aumento líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(6.429)**	**(36.984)**
Variação líquida no exercício		
Disponibilidades no início do exercício	28.571	65.555
Disponibilidades no final do exercício	22.142	28.571
(Diminuição)/aumento líquido das Disponibilidades geradas/aplicadas	**(6.429)**	**(36.984)**

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Campo Grande/MS, 31 de dezembro de 2021

RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821
Assinado de forma digital por RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821
Dados: 2022.01.31 09:59:30 -04'00'

VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120
Assinado de forma digital por VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120
Dados: 2022.01.31 08:56:22 -04'00'

CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DO EXERCÍCIO EM 2021 E 2020

(Em reais mil)

	31/12/21	31/12/20
Receitas		
. Vendas de produtos e serviços	584.603	435.025
. Outras receitas operacionais	42.115	132.291
. Perdas no recebimento de créditos	(102)	(141)
. Provisão para perdas esperadas	(23)	(10)
	626.593	**567.165**
Insumos adquiridos de terceiros		
. Matérias-primas consumidas	(466.500)	(327.461)
. Outros Custos de produtos e serviços vendidos	(6.698)	(2.913)
. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(17.068)	(26.142)
	(490.266)	**(356.516)**
Valor Adicionado Bruto	**136.327**	**210.649**
Retenções		
. Amortização do intangível	(14.640)	(14.252)
. Amortização do direito de uso	(717)	(527)
	(15.357)	(14.779)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**120.970**	**195.870**
Valor adicionado recebido em transferência		
. Receitas financeiras	8.134	4.232
Valor adicionado a distribuir	**129.104**	**200.102**
Distribuição do valor adicionado		
. Pessoal e encargos	27.337	24.692
. Impostos, taxas e contribuições	47.989	87.989
. Aluguéis	48	59
. Juros e encargos financeiros	1.472	2.882
. Lucro (Prejuízo) adicionado	52.258	84.480
Valor adicionado distribuído	**129.104**	**200.102**

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Campo Grande/MS, 31 de dezembro de 2021

RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821

Assinado de forma digital por RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821
Dados: 2022.01.31 10:00:07 -04'00'

VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120

Assinado de forma digital por VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120
Dados: 2022.01.31 08:57:07 -04'00'

CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 2021 E 2020

(Em reais mil)

	31/12/21	31/12/20
Lucro líquido do exercício	**52.258**	**84.480**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangetnte do período	52.258	84.480
Total do resultado abrangetnte atribuível aos acionistas	52.258	84.480

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Campo Grande/MS, 31 de dezembro de 2021

RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821
Assinado de forma digital por RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821
Dados: 2022.01.31 09:56:09 -04'00'

VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120
Assinado de forma digital por VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120
Dados: 2022.01.31 08:57:47 -04'00'

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul – MSGÁS ("Companhia") foi constituída com base na Lei Estadual nº 1.854 de 21 de maio de 1998, alterada pela Lei Estadual nº 2.865 de 07 de julho de 2004, sob a forma de sociedade por ações. A Companhia é uma Sociedade de economia mista, e seus objetivos são: executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, exploração, produção, aquisição, armazenamento, produção e comercialização independente de energia elétrica, transporte, transmissão, importação, exportação, fabricação e montagem de componentes necessários ao suprimento do mercado de gás; distribuição, comercialização e transporte de gás natural e/ou subprodutos e derivados, bem como atuação na área de serviços de transmissão de dados, imagens e informações, por meio da implantação de rede de telecomunicações juntamente com a rede de distribuição de gás natural. A Companhia deu início à fase pré-operacional em julho de 1998 e foi até maio de 2001, iniciando suas atividades operacionais em 01 de junho de 2001.

A Companhia tem a concessão exclusiva para distribuição de gás natural em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos a partir de 29 de agosto de 1998, podendo ser prorrogado por até igual período.

Ao final da concessão, por decurso de prazo, todos os bens da concessionária serão revertidos ao Estado de Mato Grosso do Sul (concedente) e a concessionária será indenizada pelo valor dos investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão, atualizados monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em caso de extinção da concessão, por expiração do prazo, encampação, caducidade, rescisão, anulação ou extinção da Companhia, a concessionária será indenizada à vista e em dinheiro, pelos serviços, obras, imóveis, benfeitorias, equipamentos, redes de canalização, medidores, e todos os demais bens de seu ativo, atualizados monetariamente, capitalizados até o dia do efetivo pagamento pela variação do Índice Geral de Preços (IGP).

Na hipótese em que a extinção não decorra de fatos imputáveis à concessionária, será esta, ainda, indenizada por perdas e danos e todos os prejuízos sofridos com a extinção, notadamente pelos lucros cessantes e danos emergentes, tudo atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As tarifas são propostas pela concessionária e aprovadas pela concedente, que também é responsável por homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas.

A Companhia está ampliando a rede de distribuição de gás natural em Campo Grande e Três Lagoas para abastecer os segmentos: residencial, comercial, industrial e automotivo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela administração em 03 de fevereiro de 2022.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos adiantamentos de clientes e adiantamentos a fornecedores, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5** - Contas a receber;
- **Nota 8** – Crédito nas operações de compra de gás;
- **Nota 9** - Impostos diferidos;
- **Nota 10** - Vida útil do ativo intangível;
- **Nota 14** – Débito nas operações de venda de gás e distribuição.

Sendo ainda utilizado estimativa na mensuração do Ativo Financeiro, decorrente da parcela não recuperável dos investimentos realizados pela Companhia e não recuperados no período de concessão.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando, e somente quando, a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros são classificados e mensurados de acordo com CPC 48 – Instrumentos financeiros, sendo: pelo método de custo amortizado, ou a valor justo por meio do resultado ou ainda a valor justo por meio de resultados abrangentes.

Custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e que não são destinados a comercialização.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros que não podem ser classificados por nenhuma das categorias citadas acima.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto assim como pela sua comercialização.

i. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento, com base no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais.
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, crédito nas operações de compra de gás.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial ao custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.3. Concessões – Ativo financeiro

A Companhia possui contrato de concessão por 30 anos, vigente no período de 29 de julho de 1998 a 28 de julho de 2028, para exploração da atividade de distribuição de gás natural por meio de gasodutos em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Para os investimentos realizados nos últimos dez anos da concessão, iniciado em 29 de julho de 2018, a Companhia reconhece como "Ativo financeiro", o crédito a receber previsto no contrato firmado com o poder concedente, visto que possui o direito incondicional de receber indenização ao fim do contrato, referente aos bens edificados e não recuperados por meio da utilização operacional dos bens. Esses Ativos financeiros estão registrados pelo valor original do direito R$ 10.003 (R$ 3.823 em 2020) e são atualizados com base na taxa contratual do IGP-DI, os quais irão compor a base de indenização. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

3.4. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, débito nas operações de venda de gás e distribuição, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

3.5. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior.

3.6. Direito de Uso/Arrendamento IFRS 16/CPC 06(R2)

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, com o objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respetivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração significante no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos.

A Companhia concluiu a sua avaliação do modelo de transição e optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada. Para isso, foi realizado estudo para verificar o impacto detalhado da aplicação desta norma nas demonstrações contábeis no período de adoção inicial e concluímos que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas de aluguel passarão a ser reconhecidas nas linhas de amortização do direito de uso e despesas financeiras.

A Companhia avalia que a adoção inicial do CPC 06 (R2) IFRS 16 não afetou sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants).

3.7. Intangível

Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelo sistema de distribuição de gás natural em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 10).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos, os quais são remunerados via tarifa definido no contrato de concessão. O método de amortização utilizado pela Companhia, reflete o padrão de consumo descrito no contrato de concessão, para a formação de tarifa, sendo 10 anos.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento são classificadas no ativo intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas redes de distribuição foram capitalizados como parte de seus custos.

3.8. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da **Companhia**, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o

valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10, a Companhia possui provisão de redução para perda do valor recuperável constituído sobre seus ativos intangíveis.

3.9. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de serviços

As receitas de vendas decorrem da comercialização e distribuição de gás natural canalizado, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização.

A Companhia avaliou o conteúdo do pronunciamento do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e não identificou impactos em relação as práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis.

3.10. Benefícios a empregados

A Companhia não dispõe de plano de benefício pós-emprego.

3.11. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.13. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para Imposto de Renda e 9 % sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar R$ 22.796 (R$ 49.195 em 2020), sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.
Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.14. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme BRGAAP, aplicável somente às Companhias abertas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	216	2.503
Aplicações financeiras	21.925	26.067
Contas caução	1	1
Total	**22.142**	**28.571**

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 24.

As aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez diária, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco. As aplicações possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade e, em 31 de dezembro de 2020 e em 2019, não possui nenhuma operação objeto de swap em sua carteira.

As aplicações financeiras em CDB e Fundo DI são remuneradas por taxas variáveis, referenciadas ao CDI, tendo como emissores bancos oficiais.

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados.

A conta caução representa depósito efetuado para garantia e atender exigência do DNIT de projeto de construção de acesso rodoviário ao prédio do galpão/almoxarifado da companhia na saída para Sidrolândia.

5. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes	62.026	36.797
Vendas incorridas e não faturadas	9.114	10.482
	71.140	**47.279**
(-) Provisão para perdas esperadas	(31)	(22)
	71.109	**47.257**

(a) Clientes

Do saldo de clientes, R$ 1.434 (R$ 1.412 em 2020), se referem a saldo das operações comerciais realizadas com partes relacionadas, valores estes que serão adequadamente tratados na Nota Explicativa nº 7.

Provisão para perdas esperadas

A Companhia desenvolveu um índice de perdas/histórico para aplicar sobre o contas a receber, o estudo realizado pela Companhia engloba o valor das perdas efetivas nos últimos três exercícios (2018, 2019 e 2020) somados a inadimplência dos títulos em aberto a mais de 180 dias até 31 de dezembro de 2020, comparados com o faturamento total no mesmo período, o índice obtido foi aplicado sobre o faturamento de dezembro de 2021, para constituir a provisão para perdas esperadas no recebimento de créditos.

6. Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Outros impostos a recuperar	29.670	1.677
	29.670	**1.677**
Circulante	29.468	1.500
Não Circulante	202	177
	29.670	**1.677**

A Companhia, por meio da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS), ingressou em juízo, em agosto de 2016, com pedido para realizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, pedido este que teve trânsito em julgado em 28 de janeiro de 2019. A Companhia reconheceu contabilmente em dezembro, os créditos de PIS e da COFINS referente à exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições tanto do período abrangido pelo processo judicial com Trânsito em Julgado bem como do período Pós Trânsito em Julgado.

Período de:		Trânsito em Julgado	Receita	Desp PISCOF	Desp CS IR 34%
out/11	jan/19	Valores do TJ - Principal	13.335	Não	Sim
		Valores da Selic Rec financeira	4.891	227	Não

		Pós Trânsito em Julgado	Receita	Desp PISCOF	Desp CS IR 34%
fev/19	jun/21	Valores Pós TJ - Principal	11.749	Não	Sim
		Total em R$ mil	**29.975**		

7. Partes relacionadas

	31/12/2021		31/12/2020	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Clientes - Petrobras (NE 5)	1.434	-	1.412	-
Adiantamentos a fornecedores - Petrobras (NE 8)	-	-	736	-
Ajuste a valor justo adiant a fornecedores - Petrobras (NE 8)	-	-	514	-

Fornecedores - Petrobras (NE 11)	-	45.711	-	25.395
Adiantamentos de Clientes - Petrobras (NE 14)	-	7.780	-	13.005
Ajuste a valor justo adiantamento a clientes - Petrobras (NE 8)	-	3.396	-	1.835
	1.434	**56.887**	**2.662**	**40.235**
Circulante	1.434	45.711	2.662	25.395
Não circulante	-	11.176	-	14.840
	1.434	**56.887**	**2.662**	**40.235**

Todas as transações realizadas com partes relacionadas são de natureza comercial, sendo transações operacionais, e possuem contratos suportando as operações.

Os créditos nas operações de aquisição de gás ou débitos nas operações de venda de gás e distribuição, sejam a fornecedor ou de clientes, são controlados em quantidades (m^3 de gás natural), por esta razão sofrem ajustes de valor justo em razão das variações tarifárias que ocorrem durante o exercício.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R$ 1.835 durante o exercício (R$ 1.731 em 2020) registrados no grupo de despesas administrativas, incluindo salários, remunerações variáveis e benefícios diretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

8. Crédito nas operações de compra de gás

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a fornecedores (NE nº 7)	3	736
Ajuste a valor justo (NE nº 7)	-	514
Ajuste a valor justo (NE nº 7)	-	27
	3	**1.277**

Os adiantamentos a fornecedores se referem ao contrato de compra de gás natural, onde o mesmo prevê que, se caso a Companhia não retire a quantidade mínima definida, fará o pagamento da diferença entre a retirada e o mínimo na forma de adiantamento para que seja compensado em períodos futuros. Tais adiantamentos são controlados em quantidade (m^3), desta forma, o valor sofre o ajuste do valor justo em função das variações tarifárias que ocorrem durante o exercício.

9. Impostos diferidos

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Provisão para perdas esperadas	11	-	8	-
Ajustes a valor justo adiantamentos de clientes	2.643	-	814	-
Impairment sobre intangível	9.890	-	9.890	-
Provisão para perdas ações judiciais	154	-	167	-
Ajustes a valor justo adiantamentos de fornecedores	-	-	-	175
Ativo Financeiro	-	21	-	621
	12.698	21	10.879	796

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

As movimentações dos impostos diferidos ocorreram da seguinte forma:

	Ativo	**Passivo**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**13.588**	**5.473**
(-) Diminuição	(2.876)	(4.852)
(+) Aumento	167	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**10.879**	**621**
(-) Diminuição	(961)	(660)
(+) Aumento	2.780	59
Saldo em 30 de setembro de 2021	**12.698**	**20**

10. Intangível

	Saldo líquido 31/12/2019	Adições	Transfe-rências	Baixas	Saldo líquido 31/12/2020
Custo					
Terrenos	1.300	0	0	0	1.300
Edificações, obras e benfeitorias	1085	0	2.695	0	3.780
Máquinas e equipamentos	1156	398	0	0	1.554
Veículos	1.501	0	0	0	1.501
Móveis e utensílios	1.764	253	0	0	2.017
Computadores e periféricos	4.089	323	0	0	4.412
Softwares	3.753	146	0	0	3.899
Sistema de distribuição de gás natural	245.902	0	10.872	0	256.775
(-) Impairment sist. de dist. de gás nat.	-29.089	0	-	0	-29.089
	231.461	**1.120**	**13.567**	**0**	**246.149**
Amortização					
Edificações, obras e benfeitorias	-674	-153	0	0	-827
Máquinas e equipamentos	-682	-92	0	0	-774
Veículos	-481	-150	0	0	-631
Móveis e utensílios	-1056	-141	0	0	-1.197
Computadores e periféricos	-2.290	-273	0	0	-2.563
Softwares	-2.602	-186	0	0	-2.788
Sistema de distribuição de gás natural	-140.543	-14.261	0	0	-154.804
	-148.328	**-15.256**	**0**	**0**	**-163.584**
Obras em andamento					
Sistema de distribuição de gás natural	20.837	13.152	-12.191	-16	21.782
Almoxarifado de projetos	5.956	2.970	-1.376	-59	7.491
	26.793	**16.122**	**-13.567**	**-75**	**29.273**
Ativo financeiro	-677	-2.614	0	0	-3291
	109.249	**-628**	**0**	**-75**	**108.547**

Custo	Saldo líquido 31/12/2020	Adições	Transfe-rências	Baixas	Saldo líquido 31/12/2021
Terrenos	1.300	0	0	0	1.300
Edificações, obras e benfeitorias	3.780	133	2.036	0	5.949
Máquinas e equipamentos	1.554	93	0	0	1.647
Veículos	1.501	0	0	0	1.501
Móveis e utensílios	2.017	42	14	0	2.073
Computadores e periféricos	4.412	2.129	0	0	6.541
Softwares	3.899	580	0	0	4.479
Sistema de distribuição de gás natural	256.775	0	12.265	0	269.040
(-) Impairment sist.de dist.de gás natural	-29.089	0	0	0	-29.089
	246.149	**2.977**	**14.315**	**0**	**263.441**
Amortização					
Edificações, obras e benfeitorias	-827	-368	0	0	-1.195
Máquinas e equipamentos	-774	-105	0	0	-879
Veículos	-631	-150	0	0	-781
Móveis e utensílios	-1.197	-149	0	0	-1.346
Computadores e periféricos	-2.563	-296	0	0	-2.859
Softwares	-2.788	-200	0	0	-2.988
Sistema de distribuição de gás natural	-154.804	-14.454	0	0	-169.258
	-163.584	**-15.722**	**0**	**0**	**-179.306**
Obras em andamento					
Sistema de distribuição de gás natural	21.782	15.818	-11.601	-165	25.834
Almoxarifado de projetos	7.491	3.718	-163	-2.714	8.332
	29.273	**19.536**	**-11.764**	**-2.879**	**34.166**
Ativo financeiro	-3.291	-5.498	0	0	-8.789
	108.547	**1.293**	**2.551**	**-2.879**	**109.512**

A Companhia entende que o prazo de vida útil dos ativos em concessão é de 10 anos conforme a taxa de amortização de 10% prevista no contrato. O ativo intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de distribuição de gás natural canalizado e demais compras de bens móveis e foram reconhecidos pela diferença entre o total dos investimentos realizados, em fase de produção, e o valor reconhecido como “Ativo financeiro”.

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado um Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência delas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

A partir de 2008, com o advento da Lei nº 11.638/07, a Companhia vem realizando estudos visando à avaliação da provisão constituída, adotando-se o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia adota a taxa IGP-DI para ajustar ao valor presente o seu ativo financeiro, a taxa é divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A Companhia aplica a referida taxa, a qual está definida no contrato de

concessão para remuneração dos investimentos efetuados nos últimos 10 (dez) anos da concessão.

11. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de gás natural (NE nº 7)	45.711	25.395
Fornecedores diversos	3.765	2.064
	49.476	**27.459**

A parte relacionada Petróleo Brasileiro S.A. é o único fornecedor de gás natural canalizado na região da Companhia.

12. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil/FCO	4.745	14.648	4.745	19.409
	4.745	**14.648**	**4.745**	**19.409**

Os financiamentos com recursos do Banco do Brasil destinaram-se à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de distribuição de gás natural canalizado.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

2022	2023	2024	2025	Total
4.249	5.250	5.059	4.835	19.393

Garantia

O empréstimo de FCO do Banco do Brasil está garantido por títulos vencíveis enviados em cobrança mensalmente via boletos bancários emitidos no próprio Banco do Brasil os quais correspondem ao valor do faturamento mensal da Companhia.

13. Obrigações trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	-	42
Provisão de férias e encargos	3.356	3.073
Participação nos lucros e resultados	2.100	1.882
Outras obrigações trabalhistas	640	544
	6.096	5.541

14. Débito nas operações de venda de gás e distribuição

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos de clientes	21.578	24.284
Ajustes a valor justo (a)	7.774	2.391
	29.352	26.675
Circulante	15.782	8.285
Não circulante	13.570	18.390
	29.352	26.675

(a) Débitos nas operações de venda de gás e distribuição e ajuste a valor justo

O saldo de débitos nas operações de venda de gás e distribuição, R$ 21.578 (R$ 24.284 em 2020), se referem ao saldo das operações comerciais realizadas com partes relacionadas. Quanto ao saldo de ajuste a valor justo sobre débitos nas operações de gás e distribuição, R$ 7.774 (R$ 2.391 em 2020) se refere ao ajuste a valor justo dos débitos gerados pelas operações comerciais realizadas com partes relacionadas. Ambos os valores foram adequadamente tratados na Nota Explicativa nº 7.

Os débitos nas operações de aquisição de gás e distribuição, referem-se ao contrato de venda de gás natural e contrato de prestação de serviços de distribuição de gás natural canalizado firmado com a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras em 06 de fevereiro de 2001, onde o mesmo prevê que, se caso o cliente não retire/movimente a quantidade mínima definida, fará o pagamento da diferença entre a retirada/movimentação e o mínimo na forma de adiantamento para que seja compensado em períodos futuros. Tais valores são controlados em quantidade (m^3), desta forma, o valor sofre o ajuste do valor justo em função das variações tarifárias que ocorrem durante o exercício.

O vencimento do contrato de prestação de serviços de distribuição de gás natural canalizado distribuição de serviços é tratado na Cláusula Nona, sendo a versão atual a do Primeiro termo Aditivo, com a seguinte redação:

"CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente CONTRATO será válido a partir de sua assinatura e seu término ocorrerá no prazo de 20 (vinte) ANOS contados a partir do INÍCIO DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL ou na data de término do CONTRATO PETROBRAS-PIEE, considerados todos os seus eventuais aditamentos, a que ocorrer por último. Na hipótese de o contrato PRETROBRAS-PIEE ser prorrogado, este CONTRATO será automaticamente prorrogado pelo mesmo prazo."

Em 16 de novembro de 2020, a Companhia recebeu uma comunicação da Petróleo Brasileiro S.A., informando, não haver interesse em aditar ou renovar o contrato vigente, com isso, a Companhia reconheceu em novembro de 2020 e continua

reconhecimento mensalmente, a receita dos saldos de adiantamentos considerados irrecuperáveis de acordo com a expectativa de prestação de serviços até o final do contrato.

15. Juros sobre capital próprio

Em dezembro de 2021, a Companhia atribuiu créditos aos seus acionistas no valor de R$ 5.108 (em 2020, R$ 698), referente a juros sobre capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios, conforme previsão estatutária e legislação pertinente.

Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte foi aprovada em 25 de novembro de 2021 pela Assembleia Geral de Acionistas, está assim realizada: Estado de Mato Grosso do Sul R$ 2.605 e Petrobras Gás S.A. R$ 2.127 e pago em 17 de dezembro de 2021.

Os juros foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. Para fins de demonstração e adequação aos princípios contábeis, os respectivos juros foram revertidos na demonstração de resultado na linha de encargos financeiros líquidos para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

16. Dividendos a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	3.916	10.442
Petrobrás Gás S.A. - GASPETRO	3.763	10.032
	7.679	20.474

Os dividendos a pagar se referem aos dividendos complementares obrigatórios de 25% do lucro líquido após as destinações para reservas conforme regido pelo estatuto social da Companhia.

17. Contingências

	Trabalhista	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	492	492
Adições	-	-
Reversões	-	-
Baixas	(40)	(40)
Saldo em 31 de dezembro 2021	452	452

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em ações judiciais referentes às questões trabalhistas e cíveis, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R$ 452 (R$ 433 em 2020).

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 48.080 (R$ 12.775 em 2020), está representado por 16.026.666 (dezesseis milhões, vinte e seis mil e seiscentos e sessenta e seis) ações ordinárias e 32.053.334 (trinta e dois milhões, cinquenta e três mil e trezentos e trina e quatro) ações preferenciais, todas de classe única, nominativas com valor nominal de R$ 1,00 cada e inconversíveis de uma espécie em outra (em 2020 eram 12.775.000 ações).

b) Reserva de lucros

A reserva de lucros da Companhia é composta por:

Reserva legal, constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 9.392 (o valor em 2020 era 2.555).

Retenção de lucros é R$ 41.299 (R$ 16.463 em 2020) e o Resultado a disposição dos acionistas, constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício após as destinações de reservas, distribuições de dividendos obrigatórios e qualquer outra destinação necessária, o montante em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 36.859 (R$ 63.309 em 31 de dezembro de 2020).

19. Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Revenda de gás natural		
Térmico	527	-
Veicular	11.070	7.356
Industrial	533.168	394.767
Industrial - encargo de capacidade	4.345	
Comercial	12.919	9.241
Residencial	7.097	5.424
Cogeração	1.689	1.314
Vendas incorridas e não faturadas	-1.129	9.570
	569.686	**427.672**
Serviços de transporte de gás natural		

Térmico serviço	19.501	6.775
Vendas incorridas e não faturadas	-239	577
	19.262	**7.352**
(-) Deduções da receita		
PIS-PASEP	(8.681)	(6.936)
COFINS	(39.987)	(31.948)
ICMS	(93.738)	(70.977)
ISS	(975)	(339)
Devoluções e descontos incondicionais	(1.718)	(1.922)
	(145.099)	(112.122)
Receita operacional líquida	**443.849**	**322.902**

As vendas incorridas e serviços prestados e não faturadas são originadas pelos ciclos de medição, sendo que parte realizada no mês, fica para faturamento no fechamento do ciclo no mês seguinte, enquanto a apropriação contábil e reflexos tributários são efetuados no mês de competência.

20. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2021	**31/12/2020**
Compra de gás natural	(469.944)	(366.609)
Pessoal	(4.689)	(6.693)
Outros	(5.871)	(2.922)
Amortização do intangível	(13.514)	(13.329)
(-) Créditos de impostos	120.649	84.967
	(373.369)	**(304.586)**

21. Despesas administrativas

	31/12/2021	**31/12/2020**
Pessoal	(17.939)	(16.586)
Serviços de terceiros	(3.004)	(2.775)
Impostos, taxas e contribuições	(3.711)	(13.536)
Penalidades retirada de gás a menor/maior	(2.178)	(3.262)
Perdas com ajustes a valor justo	(8.737)	(17.142)
Amortização	(1.843)	(1.449)
Outros	(2.598)	(2.835)
	(40.010)	(57.585)

22. Outras receitas operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Penalidades retirada de gás a menor/maior	1.036	3.523
Créditos de PIS e COFINS pós Trânsito em Julgado	13.336	-
Créditos de PIS e COFINS pós Trânsito em Julgado	11.748	-
Ganhos com ajustes a valor justo	1	3.983
Ganhos com adiantamentos/serviços não utilizados	11.536	122.130
Outras Receitas	112	2.655
	37.769	**132.291**

a) Ganhos com adiantamento/serviços não utilizados

Receita proveniente do registro que a Companhia realizou após ter recebido a comunicação do cliente UTE Três Lagoas com data de 16/11/2020 manifestando não ter interesse no aditamento ou renovação do contrato de prestação de serviços de distribuição nas mesmas condições que originou os saldos adiantados, foi reconhecida a receita dos adiantamentos considerados irrecuperáveis de acordo com a expectativa de prestação de serviços até o final do contrato.

23. Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos de aplicações financeiras	1.952	2.063
Selic sobre créditos PIS e COFINS	4.977	-
Juros e multas	379	274
Descontos obtidos	143	1.396
juros sobre atualização de ativo financeiro	682	499
	8.133	**4.232**
Despesas financeiras		
juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.276)	(2.235)
Juros passivos	(18)	(246)
Encargos financeiros de arrendamento mercantil	(51)	(223)
Descontos concedidos	(26)	(45)
Outras	(101)	(133)
	(1.472)	(2.882)
Resultado financeiro líquido (sem JSCP)	**6.661**	**1.350**

24. Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota representa informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo. São adotadas políticas e processos de mensuração e de gerenciamento dos riscos.

a) Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

b) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados a seguir.

d) Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	22.142	28.571
Contas a receber	71.109	47.257
Ativo financeiro	10.003	3.823
	103.254	**79.651**

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia possui adiantamentos ativos no montante de R$ 3 (R$ 1.277 em 2020) e adiantamentos passivos no montante de R$ 29.352 (R$ 26.675 em 2020), que são controlados em quantidades de m^3 de gás natural, sofrendo com isso, variação no valor justo em razão da variação tarifária do gás natural canalizado.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Caixa e equivalentes de caixa. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As contas a receber e fornecedores decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	22.142	28.571	22.142	28.571
Contas a receber	71.109	47.257	71.109	47.257
Adiantamentos a fornecedores	3	1.277	3	1.277
Ativo financeiro	10.003	3.823	10.003	3.823
	103.257	**80.928**	**103.257**	**80.928**
Passivos financeiros				
Fornecedores	49.476	27.459	49.476	27.459
Empréstimos e financiamentos	19.393	24.155	19.393	24.155
Adiantamento de clientes	29.352	26.675	29.352	26.675
	98.221	**78.289**	**98.221**	**78.289**

25. Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

26. Cobertura de seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

27. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia consideram que suas atividades de comercialização, distribuição e transporte de gás natural canalizado estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

28. Resultados por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	52.258	84.480
Número de ações	48.080	12.775
Resultado por ação básico (reais)	**1.086,90**	**6.612,92**

29. Impactos causados pela pandemia de Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Corona vírus originário de Wuhan, China (o "surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu

ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global.

A Companhia incorreu em alguns impactos com a pandemia de Covid-19, entre os principais pontos analisados, destacamos a seguir:

Houve a postergação das parcelas dos meses de abril, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2020 do contrato de empréstimo vigente, parcelas estas que foram diluídas nas demais parcelas vincendas do contrato. Quanto aos pagamentos a fornecedores, o principal fornecedor da Companhia possibilitou o parcelamento das compras dos meses de abril, maio e junho 2020 em três parcelas.

Houve também postergação do recolhimento do FGTS conforme Circular nº 945 de 28/04/2021 do Ministério da Economia/CAIXA/DFG referente às competências de abril, maio, junho e julho/2021, sem multa e juros, com respectivos pagamentos em setembro, outubro, novembro e dezembro/2021.

A Companhia instalou um comitê de crise, no qual, semanalmente o comitê se reúne via videoconferência para discutir o cenário da pandemia e semanalmente se reúne com todos os gerentes operacionais, a fim de orientar e instruir quanto as ações a serem adotadas pela Companhia.

Em relação a estrutura organizacional/administrativa da Companhia, a partir de 16 de março de 2020, todos os colaboradores foram alocados para trabalho em home office, em especial, os colaboradores dos grupos de risco, sendo que vão na empresa, quando necessário, apenas 10% de toda a equipe. Não houve suspensões dos contratos de trabalho ou reduções das jornadas de trabalho, conforme Medida Provisória nº 936/2020, houve o desligamento do gerente de administração e suprimentos, sendo que foi remanejado para exercer esta função, o Assessor de Planejamento, havendo ainda reformulação de atividades, outras medidas adotadas pela Companhia foram de conceder férias aos estagiários, pessoas de grupos de risco e colaboradores liberados pelos gestores diretos.

30. Eventos subsequentes (CPC 24)

A Administração declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821
Assinado de forma digital por RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821
Dados: 2022.02.08 17:46:10 -04'00'

VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120
Assinado de forma digital por VALNIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120
Dados: 2022.02.08 16:54:31 -04'00'